



REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS
E-ISSN 2358.6958

Teatro contra as prisões: poéticas e pedagogias para a obsolescência do punitivismo carcerário

Murilo Moraes Gaulês | Viviane Becker Narvaes
Vicente Concilio | Ashley E. Lucas
Caroline Vetori de Souza | Walidah Imarisha

Para citar este artigo:

GAULÊS, Murilo Moraes; NARVAES, Viviane Becker; CONCILIO, Vicente; LUCAS, Ashley E; SOUZA, Caroline Vetori de; IMARISHA, Walidah. Teatro contra as prisões: poéticas e pedagogias para a obsolescência do punitivismo carcerário. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 58, ago. 2026.

 DOI: 10.5965/1414573102582026e0215

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



Teatro contra as prisões: poéticas e pedagogias para a obsolescência do punitivismo carcerário

Murilo Moraes Gaulês¹ | Viviane Becker Narvaes² | Vicente Concilio³
Ashley E. Lucas⁴ | Caroline Vetori de Souza⁵ | Walidah Imarisha⁶

Resumo

O texto apresenta o *Observatório de práticas artísticas no cárcere e em espaços de privação de liberdade*, criado em 2020 por docentes, artistas, pesquisadoras/es e estudantes que atuam em prisões e unidades socioeducativas. Com viés abolicionista, o *Observatório* articula experiências com o objetivo de mapear, documentar e promover o intercâmbio de metodologias. O artigo contextualiza o sistema prisional e o racismo estrutural, descreve experiências artísticas em diferentes instituições, experiências de intercâmbio internacional, ações durante a pandemia e projetos voltados a populações específicas: mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Defende a arte como forma de resistência, formação crítica e imaginação radical contra a lógica punitivista.

Palavras-chave: Abolicionismo. Teatro nas prisões. Rede interinstitucional. Extensão universitária. Intercâmbio cultural.

¹ Pós-doutorado, doutorado e mestrado em Artes Cênicas pela Universidade de São Paulo (USP). Especialização em arteterapia pela Faculdade Paulista de Artes (FPA). Bacharelado e Licenciatura em Artes Cênicas pela FPA. Prof. Colaborador na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).  cenicasmurilogaules@gmail.com
 <http://lattes.cnpq.br/9758887085428577>  <https://orcid.org/0000-0002-7704-5229>

² Doutorado em Artes Cênicas pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado e Licenciatura em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Profa. Dra. Graduação e Pós-Graduação em Artes Cênicas da Unirio.
 viviane.narvaes@unirio.br  <https://lattes.cnpq.br/1184164180045928>  <https://orcid.org/0000-0002-8271-9793>

³ Doutorado e Mestrado em Artes Cênicas pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de produtividade PQ - C do (CNPq). Licenciatura em Educação Artística com habilitação em Artes Cênicas pela USP. Integra o grupo de pesquisa: "Cena contra Celas: infiltração das artes cênicas em prisões como práticas abolicionistas". Prof. Dr. Adjunto na graduação e pós-graduação em Artes Cênicas na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Ator e diretor teatral.
 viconcilio@gmail.com  <http://lattes.cnpq.br/3283711708471437>  <https://orcid.org/0000-0003-2897-1581>

⁴ Doutorado em Estudos Étnicos e Teatro e Drama pela University of California, San Diego. Bacharel em Estudos Teatrais e Inglês pela Yale University. Professora de Teatro e Drama na University of Michigan, onde também atua no Residential College, na Penny W. Stamps School of Art & Design e no Departamento de Língua e Literatura Inglesa. Integrante do Prison Creative Arts Project (PCAP) e da The Dropped Keys Theatre Company.  lucasash@umich.edu  <https://orcid.org/0000-0003-2195-2804>

⁵ Doutorado em Artes Cênicas pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Mestrado em Teatro pela UDESC. Licenciatura em Teatro pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Coordena o projeto de pesquisa "Vozes que ecoam além muros: investigação de saídas-faixas do cárcere". Integra o grupo de pesquisa "Observatório de práticas artísticas no cárcere e em espaços de privação de liberdade". Profa. adjunta no curso de Licenciatura em Teatro da Faculdade de Artes do Paraná na Universidade Estadual do Paraná (FAP/Unespar).
 caroline.souza@ies.unespar.edu.br  <https://lattes.cnpq.br/5944868538223342>  <https://orcid.org/0000-0001-9389-272X>

⁶ Escritora e ativista americana, conhecida por seu trabalho na interseção entre literatura, justiça social e questões de opressão. Com um forte compromisso com a educação e a equidade. professora de Estudos Étnicos na Portland State University (PSU).  walidahimarisha@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0007-0300-8189>



Theater Against Prisons: Poetics and Pedagogies for the Obsolescence of Carceral Punitivism

Abstract

This text presents the *Observatory of Artistic Practices in Prisons and Other Spaces of Deprivation of Liberty*, created in 2020 by educators, artists, researchers, and students working in prisons and juvenile detention facilities. Grounded in an abolitionist perspective, the *Observatory* brings together experiences with the aim of mapping, documenting, and promoting the exchange of methodologies. The article contextualizes the prison system and structural racism, describes artistic initiatives carried out in different institutions, international exchange experiences, actions developed during the COVID-19 pandemic, and projects aimed at specific populations, including women and LGBTQIAPN+ individuals. It argues for art as a form of resistance, critical education, and radical imagination in opposition to punitive carceral logic.

Keywords: Abolitionism. Theatre in prisons. Interinstitutional network. University extension. Cultural exchange.

Teatro contra las prisiones: poéticas y pedagogías para la obsolescencia del punitivismo carcelario

Resumen

El texto presenta el *Observatorio de prácticas artísticas en la cárcel y en espacios de privación de libertad*, creado en 2020 por docentes, artistas, investigadores y estudiantes que trabajan en prisiones y centros socioeducativos. Con una perspectiva abolicionista, el *Observatorio* articula experiencias con el fin de mapear, documentar e y promover el intercambio de metodologías. El artículo contextualiza el sistema penitenciario y el racismo estructural, describe experiencias artísticas desarrolladas en diferentes instituciones, experiencias de intercambio internacional, acciones realizadas durante la pandemia de COVID-19 y proyectos dirigidos a poblaciones específicas, como mujeres y personas LGBTQIAPN+. Defiende el arte como una forma de resistencia, formación crítica e imaginación radical frente a la lógica punitiva.

Palabras clave: Abolicionismo. Teatro en prisiones. Red interinstitucional. Extensión universitaria. Intercambio cultural.



Notas sobre e contra as prisões

As prisões são não-lugares. Quando uma pessoa está presa, ela passa todo o seu período de reclusão sendo chamada de reeducanda, ou pelo número de sua matrícula. Toda a tentativa de construir uma identidade do lado de dentro dos muros será severamente punida e censurada. A pessoa presa habita uma cela por meses ou anos da sua vida, mas não mora lá. Ao sair da prisão, familiares e amigas/os orientam a pessoa presa a não falar sobre o seu tempo lá dentro. “Não vamos falar disso. Vamos mudar de assunto?”, insistem. Isso porque as prisões são tidas como uma maldição da sociedade que nos parece tão antiga e irreversível quanto a humanidade.

Entretanto, as prisões, como as conhecemos hoje, são invenções muito recentes. Em sua pesquisa, o antropólogo Marco Antônio da Silva Mello (2011) afirma que as prisões nas sociedades da Idade Antiga, como a Mesopotâmia, do Egito e de Roma, tinham função sobretudo provisória. Ali aguardava-se julgamento ou o cumprimento de sentenças que geralmente envolviam punições físicas severas, escravização, exílio ou até a morte. O confinamento prolongado era algo extremamente raro.

Foi somente entre o final do século XVIII e o início do século XIX, sob a influência das ideias iluministas e das críticas de pensadores como Cesare Beccaria (1764), que o sistema punitivo passou por uma virada conceitual, culminando no entendimento das prisões como a pena em si. Mas isso nunca inibiu as prisões modernas de se consolidarem enquanto verdadeiros centros de tortura legalizados⁷, que têm servido como dispositivo de controle e punição (Foucault, 2013) para conter as insurgências de populações subalternizadas.

Ao longo do século XX, o encarceramento continuou sendo instrumento de punição e controle social, embora muitos Estados-nação continuassem a

⁷ Termo utilizado pelo coletivo abolicionista argentino YoNoFui (*apud* Coletivo Sobre Justiça, 2025) para descrever as prisões contemporâneas no contexto da crise global de encarceramento em massa.



disseminar uma suposta ênfase na intenção de reabilitação e ressocialização por meio de suas instituições carcerárias. A situação ficou mais evidenciada a partir das décadas finais daquele século, especialmente nos Estados Unidos, quando as políticas de “tolerância zero” e a “guerra contra as drogas” provocaram uma explosão no número de pessoas presas, reacendendo o debate sobre a real eficácia do modelo.

Esse crescimento exponencial do encarceramento não pode ser compreendido sem reconhecer o papel central que o racismo desempenhou (e ainda desempenha) na consolidação do sistema prisional moderno. Em diversos países que aboliram formalmente a escravidão no século XIX, o fim do regime escravocrata não significou liberdade plena para a população negra. Ao contrário, novas legislações e práticas policiais foram rapidamente implementadas para criminalizar condutas banais ou subjetivas, como “vadiagem”, “desordem” ou “ociosidade”, funcionando como instrumentos para manter o controle sobre corpos negros e garantir a continuidade da exploração de sua força de trabalho. Acerca da situação estadunidense, líder mundial no *ranking* de encarceramento, segundo o World Prison Brief (2025), a filósofa Angela Davis (2018, p. 25) ressalta que:

Logo após a abolição da escravidão, os estados do Sul se apressaram em desenvolver um sistema de justiça criminal que restringisse legalmente as possibilidades de liberdade para os escravos recém-emancipados. As pessoas negras se tornaram os principais alvos de um sistema em desenvolvimento de arrendamento de condenados, ao qual muitos se referiam como uma reencarnação da escravidão.

No Brasil, a abolição de 1888 também foi seguida por um processo semelhante. A historiadora Silvia Haskel Nascimento (2005), em sua pesquisa sobre a fundação e princípios que deram origem à Casa de Detenção de São Paulo (popularmente conhecida como Complexo do Carandiru), aponta:

Criada para abrigar condenados à pena de prisão com trabalho, a Casa de Correção abrigava temporariamente presos de outras cadeias e foi utilizada também para outros fins. Como, por exemplo, “depósito” de setores marginalizados: alojamento de indígenas, recolhimento de escravos com problemas com seus senhores, africanos livres sem trabalho ou casa, assim como menores abandonados e até doentes e loucos que não foram recolhidos pelos hospitais adequados. [...] Os



serviços de limpeza e alimentação eram realizados pelos escravos e africanos livres recolhidos à Casa (Nascimento, 2005 , p. 5-6).

Esse padrão se repetiu em outras ex-colônias, revelando que o cárcere moderno não é apenas um espaço de punição individual, mas um dispositivo político de manutenção de hierarquias raciais. O encarceramento em massa de populações negras e indígenas, historicamente marginalizadas, não é um efeito colateral do sistema, mas parte de sua própria lógica fundante.

Ao longo do século XX e XXI, políticas como a “guerra às drogas” e o endurecimento penal continuaram a operar como justificativas para a prisão em larga escala de pessoas racializadas, reforçando estereótipos e perpetuando desigualdades estruturais. Assim, o mito da neutralidade do sistema de justiça criminal se desfaz diante da evidência de que as prisões, desde sua origem, carregam em suas paredes o projeto de controle social e racial herdado da escravidão.

A partir dessa leitura do sistema prisional atual como prolongamento do projeto escravocrata de matriz branco-ocidental, diversos pesquisadores/es têm recorrido

[a]o termo abolicionismo (sem o penal) para tratar, simultaneamente, das questões que englobam o enfrentamento aos processos históricos e contemporâneos de escravização, e a luta contra a existência das instituições de privação de liberdade adotadas como alternativa de regulação da segurança pública e da promoção da justiça (Gaulês, 2025, p. 47).

O debate sobre o abolicionismo e sua relação com os processos formativos e criativos nas artes cênicas também ganha força quando se observa a história do teatro como espaço de disputa política e social. Conforme destaca Angela Alonso (2012), em meados do século XIX, companhias teatrais se reuniam às portas das igrejas, após as missas de domingo, para disseminar o ideal abolicionista e arrecadar recursos destinados à compra de cartas de alforria, libertando pessoas escravizadas. Embora esse episódio não figure com o mesmo destaque que outros marcos da história das artes cênicas, o teatro abolicionista deixou como herança um conjunto robusto de metodologias, estéticas e estratégias, constituindo um verdadeiro arsenal na resistência ao punitivismo e ao encarceramento em massa



no Brasil.

Ainda nesse contexto, desde meados da década de 1940, artistas e educadores da cena têm desenvolvido ações junto a populações privadas de liberdade. Essas práticas não apenas se somam às “corpografias subterrâneas de resistência” (Alves, 2020, p. 12) de comunidades historicamente violentadas pelo cárcere, como também contribuíram para o avanço estético do teatro brasileiro. Exemplo disso é o Teatro do Sentenciado, idealizado pelo mestre Abdias Nascimento (Narvaes, 2020).

Fenômeno semelhante pode ser observado nos Estados Unidos, onde obras criadas por pessoas encarceradas transformaram modos de produzir e compreender teatro. Entre os exemplos estão a dramaturgia e a encenação de *Short Eyes*⁸ (1977) e o filme *Sing Sing*⁹ (2023).

Essas experiências, tanto no Brasil quanto em outros países, têm desempenhado papel central na difusão de uma compreensão mais concreta e abrangente da realidade prisional, iluminando aspectos encobertos do sistema penitenciário global e da crise do superencarceramento que atinge comunidades em diferentes regiões.

Ao romper, ainda que de forma lenta, com a crença equivocada de que as prisões seriam indispensáveis para a manutenção da ordem e da paz social, tais iniciativas revelam a urgência de pensar alternativas não punitivistas para lidar com os conflitos e as dores produzidas nas relações humanas em sociedade.

As autoras Mariame Kaba e Andrea J. Ritchie (2021, p. 4) nos provocam ao afirmar que: “não recorrer aos sistemas de policiamento e punição não significa abrir mão da responsabilização. Significa apenas que nós paramos de estabelecer o valor de uma vida por quanto tempo outra pessoa fica presa por tirá-la”.

É justamente por essa perspectiva que pessoas artistas, docentes e pesquisadoras das artes cênicas pelo Brasil e pelo mundo têm desenvolvido

⁸ Escrita por Miguel Piñero enquanto cumpria pena em *Sing Sing*, é considerada um marco na dramaturgia estadunidense por ser a primeira peça de um autor porto-riquenho a chegar à Broadway.

⁹ Dirigido por Greg Kwedar, é inspirado em fatos reais e no programa *Rehabilitation Through the Arts* (RTA), criado em 1996 na penitenciária de *Sing Sing*, em Nova York.



trabalhos e se debruçado junto a tantas outras pessoas artistas e ativistas aguerridas na luta abolicionista para pensar qual é o nosso papel na elaboração desses novos e melhores mundos que estão por vir. Mundos nos quais justiça e vingança não sejam mais compulsoriamente confundidos. Também é nesse contexto, por meio de alianças e relações comunitárias entre pessoas artistas-docentes-pesquisadoras engajadas na busca por uma imaginação radical que possa contrapor-se à violência punitivista carcerária que surge o *Observatório de práticas artísticas no cárcere e em espaços de privação de liberdade*.

Sobre o Observatório de práticas artísticas no cárcere e em espaços de privação de liberdade

O grupo de pesquisa foi criado em 2020 por professoras/es, artistas, pesquisadoras/es e estudantes que desenvolvem atividades artístico-pedagógicas em prisões e em outros espaços de privação de liberdade, tais como aqueles reservados ao cumprimento de medidas socioeducativas. Dentre os objetivos que estabelecemos, cabe destacar: a busca por articular diferentes práticas artísticas com pesquisas e extensão sobre artes no cárcere e suas implicações sociais, políticas e culturais e o estabelecimento de uma rede de compartilhamento de estudos e experiências entre professores de universidades brasileiras e estrangeiras. O viés abolicionista se faz presente na medida em que o espaço da universidade, mais especificamente as ações de extensão e as pesquisas, tem sido pensadas por nós como barricadas urgentes e necessárias na luta contra o punitivismo estatal encampada por diversas/os artistas e pesquisadoras/es da cena.

O *Observatório de práticas artísticas no cárcere e em espaços de privação de liberdade* é estruturado como uma rede interinstitucional que reúne universidades do Brasil e dos Estados Unidos — assim como seus grupos de pesquisa e coletivos artísticos — com a proposta de articular diferentes saberes e experiências para mapear, documentar e analisar práticas artísticas desenvolvidas com pessoas privadas de liberdade, além de promover o intercâmbio de metodologias e fortalecer ações culturais voltadas a esse público.

Essa configuração em rede permite que o *Observatório* atue de forma mais



abrangente, conectando iniciativas que, de outro modo, ficariam isoladas e fragmentadas. Assim, ele funciona como um ponto de encontro entre pesquisadoras/es, artistas, educadoras/es e gestoras/es culturais, ampliando a visibilidade e o impacto das ações realizadas dentro de prisões e outros espaços de privação de liberdade. Cada universidade que integra a rede desenvolve forte atuação em seus territórios. Dessa forma, o *Observatório* reafirma que a universidade pública, quando articulada em rede e comprometida com a transformação social, é capaz de integrar de maneira orgânica e indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão. Ao fazê-lo, fortalece-se não apenas a formação acadêmica e cidadã de seus integrantes, mas também a construção de um conhecimento crítico e engajado, que se coloca como ferramenta de resistência frente às desigualdades e às violências estruturais que atravessam o sistema prisional.

Primeiros passos — Unirio

Na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) está sediado aquele que é o projeto de extensão mais antigo em funcionamento no Brasil: o projeto *Teatro na Prisão: uma experiência pedagógica em busca do sujeito cidadão*. O projeto foi criado em 1997 (e, portanto, completa 29 anos de resistência) por Natália Ribeiro Fiche e Maria de Lourdes Naylor Rocha. Atualmente, o projeto está inserido num Programa de extensão universitária, o programa *Cultura na Prisão* que desde 2010 congrega projetos de intervenção cultural em prisões e mais recentemente em centros de socioeducação.

O programa surgiu como resposta a uma iniciativa do MEC para financiar atividades de extensão e reuniu inicialmente o *Teatro na Prisão*, e um projeto de revitalização de bibliotecas prisionais em parceria com a professora Maura Esandola Tavares do curso de Biblioteconomia. Além das oficinas teatrais, atuamos em duas bibliotecas, das Penitenciárias Lemos Brito e Talavera Bruce, sendo que essa última resultou na completa revitalização e na formação de mulheres encarceradas como auxiliares de biblioteca.

Com a aposentadoria da professora Maura e, concomitantemente, o estabelecimento de convênio com o *Prison Creative Arts Project* (PCAP), em 2013,



da Universidade de Michigan, surgiu a oportunidade de realizar residências artísticas. As residências, nos primeiros anos, se alternavam entre Rio de Janeiro e Ann Arbor e numa ocasião pudemos conhecer um dos projetos de PCAP que realizava oficinas de escrita criativa com pessoas egressas do sistema prisional.

Ao retornarmos ao Brasil, tendo em vista que uma das pessoas encarceradas que participava há mais tempo do *Teatro na Prisão* tinha conquistado a progressão de pena para o regime semiaberto, buscamos uma parceria com a Escola de Letras da Unirio para criação de um projeto inspirado naquele dos Estados Unidos. O professor Marcelo Santos criou então, em 2014, *O leitor como protagonista*, uma ação extra-grades voltada a pessoas egressas.

Nessa época, uma das unidades prisionais em que estávamos atuando com o projeto *Teatro na Prisão* era o presídio Evaristo de Moraes. Nessa unidade há um grande número de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente de mulheres trans e travestis. Elas, eventualmente, participavam da oficina de Teatro, mas não permaneciam mais do que uma ou duas aulas, devido aos inúmeros preconceitos que geram regras de convivência extremas no cárcere. Um de nossos alunos da Unirio, Sérgio Kauffman, sugeriu que abrissemos uma turma específica para esse público, assim surgiu o projeto *Artetransformando LGBTQIAPN+ encarcerades*, que de lá para cá, passou por diversas mudanças, inclusive por não atuarmos mais naquela unidade.

A trajetória daquele nosso mais antigo aluno em situação de cárcere provocou e provoca ainda hoje a busca por estratégias e táticas diferentes de acordo com os novos desafios que se apresentam. Ao conquistar sua progressão de pena para o regime semiaberto, Edson Sodré também foi aprovado no Enem e, com a ajuda da professora Socorro Calhau, coordenadora do *Projeto do Cárcere a Universidade*, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), conseguiu se matricular e começar a cursar. Passava o dia na Universidade e voltava à noite para dormir na unidade prisional. Depois de algum tempo cursando Letras, ele fez nova prova e passou para o curso de Licenciatura em Teatro. Nesse período, ele tinha a expectativa de receber a liberdade condicional e estávamos muito animadas com essa possibilidade, porém logo veio a frustração. Edson estava contando e esperando ansiosamente que os anos em que trabalhou e estudou



remindo pena fossem considerados para que ele atingisse o quesito de tempo para a condicional. Todavia, descobriu que os anos remidos eram apenas descontados da pena total. Foi um momento de intenso sofrimento para ele, não suportava mais passar os finais de semana trancafiado na cela. No projeto, percebendo tamanho abalo, decidimos procurar a Vara de Execuções Penais (VEP), contar a história dele e solicitar que pudesse ir também aos finais de semana para a Unirio para escrever suas peças, pois Sodré se tornou dramaturgo durante os anos em que foi aluno do projeto. Porém, temíamos que o pedido fosse negado, afinal nossa ideia tinha uma fragilidade: ele poderia escrever dentro da prisão também. Tínhamos acabado de apresentar na residência artística do PCAP na Unirio uma leitura dramatizada da peça *Fuga*, de Tennessee Williams, que teve um impacto muito positivo sobre o público. Diante disso, pensamos: e se juntássemos a solicitação para a VEP a necessidade de realizar ensaios no final de semana e eventuais apresentações teatrais? Consentida a autorização para sair também nos finais de semana ensaiamos e montamos o espetáculo *Mostre-me a saída* que permitiu que Edson tivesse um novo respiro, agora só precisava voltar para dormir na prisão. Essa experiência nos levou a criar um grupo de teatro, o *Fuga Coletiv@*, formado por um artista em regime semiaberto e demais integrantes que possuíam vivências dando aulas no cárcere.

Diante da impossibilidade de entrarmos nas prisões durante a pandemia, das notícias sobre as condições sanitárias no cárcere, de todas as privações que as pessoas encarceradas estavam vivenciando e da falta de dados sobre adoecimento e mortes nas unidades de todo Brasil buscamos reunir os projetos que integram o nosso *Observatório*. Mais uma vez, a infraestrutura de organização do PCAP nos trouxe inspiração. Ashley Lucas, professora da Universidade de Michigan, integrante do PCAP que estava desenvolvendo um trabalho nas prisões estadunidenses por meio de cartas, incluindo envio de cartilhas e livros. Em 2020 os docentes Vicente Concilio e Caroline Vetori, sugeriram que fizéssemos troca de correspondências entre as pessoas integrantes dos nossos projetos, incluindo o PCAP, buscando compartilhar vivências e experiências, mas também pensando numa poética de abertura de janelas simbólicas. Nesse ínterim, criamos uma ação de extensão chamada *Sinal de vida*: correspondência solidária, dirigida para nossos



alunos das oficinas teatrais nas prisões. As cartas continham propostas de trabalhos artísticos específicas para cada unidade em que atuávamos na época. Ensinaamos a fazer origamis, o *Tsuru*, especialmente que é um pássaro cujo significado remonta a sonhos, trabalhamos também com as memórias das canções de ninar com as mães da unidade materno infantil dentre outras propostas nas demais unidades prisionais.

Desde 2016, uma ação do programa *Cultura na prisão* é a realização de um cineclube, chamado *Cine sem Grade* que exhibe na universidade produções relacionadas à temática do cárcere seguidas de debates. Nos últimos anos adicionamos um novo recorte e passamos a chamá-lo de Cine sem grade: abolicionismo penal em tela, compreendendo que a exibição de filmes com esse recorte se mostrou um ótimo caminho de abertura de diálogo com estudantes da universidade.

Os estudos e a perspectiva abolicionista foram se somando e atravessando nossas atividades, pelo menos desde 2010, embora de início com uma presença menos marcante. Entrar em espaços de privação de liberdade para fazer teatro e combater a existência desses espaços instaura práticas repletas de contradições. Se, por um lado as instituições vão aproveitar nossa presença para fortalecerem todas as perspectivas reformistas, por outro lado, a pedagogia emancipatória que busca fissuras para fortalecer o protagonismo no campo popular tem se mostrado ferramenta importante nesses espaços.

Infiltrações das artes cênicas em espaços de privação de liberdade — UDESC

Coordenado pelo prof. Vicente Concilio, o grupo de estudos *Teatro e Prisão*, ligado ao Centro de Artes, Design e Moda da UDESC, agrupa atualmente três ações: o projeto de pesquisa *Teatro e Prisão: práticas de infiltração das Artes Cênicas em Espaços de Vigilância*, o programa de extensão *Pedagogia das Artes Cênicas e Processos de Criação* e ainda nos anos de 2025 e 2026, por meio do Edital de Estímulo à Cultura - Procult, o projeto *Revista Íntima*, que prevê a circulação do espetáculo homônimo em cidades de Santa Catarina. Por meio dessas propostas, o grupo reúne oficialmente bolsistas de graduação e pesquisadoras/es em nível



de pós-graduação que atuam em distintos espaços de privação de liberdade da cidade de Florianópolis, além de estudar bibliografia que tematiza, de forma crítica e abolicionista, a questão do encarceramento.

Desde 2001, Concilio atua em contextos de privação de liberdade. Seu livro *Teatro e Prisão*: dilemas da liberdade artística (2008) resulta de sua pesquisa de mestrado e sintetiza a experiência desenvolvida em São Paulo (SP), prévia a seu ingresso como professor universitário na UDESC. Ao se mudar para Florianópolis (SC), em 2008, precisou traçar novos caminhos para retomar suas atividades artísticas e pedagógicas no sistema prisional. A autorização para entrar em uma unidade prisional em SC só veio em 2017, após intensas negociações com a Secretaria de Administração Prisional. Vale mencionar que essa autorização teve a mediação providencial da professora Ashley Lucas (Umich), que esteve em Florianópolis para o *1º Seminário Internacional Arte e Educação Prisional*, e mencionou a trajetória profissional de Concilio ao então Secretário Estadual de Justiça e Cidadania. Foi a partir da atuação direta de seu gabinete que a autorização para atuar no Presídio Feminino de Florianópolis aconteceu, a partir de agosto daquele ano. Posteriormente, em 2018, surgiu a possibilidade de construção de ações teatrais também no Centro de Internação Feminino (CIF), unidade do sistema socioeducativo.

Durante a pandemia da Covid-19, o projeto buscou alternativas para manter suas práticas, diante das restrições sanitárias. No CIF, foram oferecidas aulas online, mas os resultados foram limitados pela dinâmica remota e pela mediação indireta das atividades. No presídio feminino, mesmo o acesso virtual era inviabilizado, mas, em resposta, Concilio e Caroline Vetori criaram o caderno *Das saídas que moram nas palavras* (2021), um caderno de atividades que visa estimular práticas de escrita criativa como forma de autoexpressão e cuidado.

Com a retomada das atividades presenciais em 2022, as atividades foram gradualmente reativadas, e, em 2023, ampliadas para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), uma ala do Complexo Penitenciário de Florianópolis que atende homens internados em um regime especial por questões psiquiátricas. Presídio Feminino, CIF e HCTP são espaços que revelam as marcas do sistema penal brasileiro: pobreza, baixa escolaridade e racismo estrutural.



Essas práticas expõem estratégias possíveis de diálogo entre universidade e contextos de privação de liberdade, com todas as suas contradições. Busca-se, além da formação crítica de estudantes de artes cênicas, debater e divulgar o abolicionismo e as lutas pelo desencarceramento, sem os quais tais ações perderiam sua força transformadora.

Vozes que ecoam: possibilidades de saídas do cárcere — UNESPAR

Em 2021, a professora Caroline Vetori iniciou seu primeiro contrato como professora temporária para a vaga de Pedagogia do Teatro na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), alocada no Colegiado da Licenciatura em Teatro. Nesse contexto, tem buscado:

Desde dentro, prisão e academia, minar o punitivismo, romper com o silêncio sobre a temática do encarceramento [...] Busco compreender como o cárcere chega na universidade (se é que chega...). Sabe-se das ações que partem da universidade em direção às prisões, mas se mudarmos o vetor? (Vetori, 2023, p. 203).

Nesta instituição, a professora teve a oportunidade de ministrar uma disciplina de caráter optativo sobre teatro e/em espaços de privação de liberdade, uma das ações de fala sobre e contra o cárcere. A disciplina foi ofertada em 2021, no modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE), e em 2023 presencialmente. O diálogo, em ambas as edições, pautou a organização da disciplina, por meio de encontros com diferentes pessoas que debatem o tema. Dentre os nomes que compunham a trama estavam: Vicente Concilio, Viviane Narvaes, Annie Martins, Murilo Gaulês, Laís Jacques, Túlio Fernandes, Marcelo Castro, Samira Sinara, Edson Sodré.

Ainda na Unespar como temporária, propôs um projeto de pesquisa, que foi intitulado *Fissuras entre palavras: mapeamento e análise de dramaturgias brasileiras sobre cárcere*. O projeto ocorreu de 2023 a 2024, tendo como objetivo lançar o olhar para a temática do cárcere, bem como ao punitivismo estrutural que alicerça esse sistema por meio do mapeamento e análise de dramaturgias nacionais sobre o cárcere. Parte da pesquisa incidiu em um dos trechos da tese de doutoramento *Caros destinatários, porem de apagar nossas histórias: cartilhas-faíscas como possibilidades de saídas do cárcere* (Vetori, 2023).

Ainda sobre a atuação de Vetori na instituição, destacam-se os trabalhos de orientação. Em 2021 orientou Ana Clara Sandri, cujo trabalho resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) *O processo teatral de escolha e liberdade criativa no contexto de jovens em estado de privação de liberdade*. No ano de 2023, atuou em parceria com Natalia Eloisa, desenvolvendo uma oficina breve com mulheres em situação de privação de liberdade no Centro de Integração Social de Piraquara, integrante do Complexo Prisional de Piraquara. Essa ação dialogou com a pesquisa mencionada e esteve vinculada ao TCC de Natalia, intitulado *O despertar corporal e o teatro ritualístico: vozes femininas que ecoam por trás dos muros de uma unidade*, também orientado por Vetori.

Em 2024, orientou o trabalho de Pietra Bonet, *Subversão em ato*: práticas pedagógicas para corroer a cisnormatividade carcerária, e o de Julia Santana, *Análise de dramaturgias nacionais contemporâneas sobre cárcere e maternidade*. O trabalho de Pietra foi um dos selecionados no edital *A_Ponte – Cena do Teatro Universitário* (2025), evidenciando sua força e reverberação em outros espaços e plataformas.

Ainda em 2024, com a posse no concurso, Vetori pôde propor um projeto de Iniciação Científica, contando com a parceria de Pietra Bonet e Ianna Lee Melo Nogueira. Junto a essas companheiras de pesquisa, tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos de Concilio, anteriormente mencionados, com uma visita à UDESC. Também tiveram a oportunidade de dialogar com Ashley Lucas, que estava de passagem na instituição. O diálogo foi mediado pelo compartilhamento da tradução inédita e ainda não publicada de *With love, from inside*, do coletivo The Dropped Keys Theatre Company, da qual Lucas integra. A tradução foi feita por Pietra Bonet e se soma no rol de ações de reverberações fruto dessas parcerias.

Nesse mesmo período, iniciou a formalização de uma parceria com o Complexo Prisional de Piraquara, com o objetivo de desenvolver um trabalho de longo prazo, evitando ações pontuais. A tramitação dessa parceria entre as instituições está em andamento, mas algumas ações já vêm sendo desenvolvidas por Caroline, Pietra Bonet e Ianna Melo Nogueira. Atualmente, Caroline coordena o



projeto de pesquisa *Vozes que ecoam além muros: investigação de saídas-faíscas do cárcere* e o projeto de extensão *Vidas além muros: teatro com mulheres em situação de privação de liberdade*, na Unespar, que se dedicam a articulação teatro e/contra prisão.

Prison Creative Arts Project — Umich

O *Prison Creative Arts Project* (PCAP), fundado em 1990, é, até onde sabemos, o maior programa de artes prisionais do mundo em vários aspectos. Ele oferece programação em todas as vinte e seis unidades correcionais para pessoas adultas do estado de Michigan, envia cerca de noventa voluntárias/os por semana para as prisões e oferece atividades em diversas formas de arte, incluindo teatro, escrita criativa, artes visuais, fotografia e música.

Foram mulheres encarceradas que lançaram as bases para tornar possível a existência do PCAP. Na década de 1970, um grupo de mulheres da Detroit House of Corrections criou a primeira biblioteca jurídica em uma prisão feminina em Michigan e começou a trabalhar com uma equipe de advogados para defender seus direitos. Mary Glover (atualmente conhecida como Mary Heinen McPherson) cumpria pena de prisão perpétua e concordou em ser a autora principal no que se tornou *Glover v. Johnson* — um processo histórico pelos direitos das mulheres presas de terem acesso aos mesmos recursos jurídicos e às mesmas oportunidades educacionais e de trabalho que os homens encarcerados. Uma das muitas oportunidades criadas para as mulheres presas com a vitória nesse caso foi o direito de cursar uma faculdade enquanto estavam na prisão. Mary Glover matriculou-se na Universidade de Michigan, e uma representante estudantil chamada Liz Boner fez todas as mesmas disciplinas que Mary e, semanalmente, levava para ela todo o material didático das aulas universitárias no campus.

As duas se matricularam, em 1990, em uma disciplina chamada Theatre for Social Change (Teatro para a Mudança Social), ministrada por um professor de inglês chamado Buzz Alexander. Liz solicitou que a oficina semanal de teatro da turma acontecesse dentro da prisão para que Mary pudesse participar, e Buzz concordou. Ele rapidamente descobriu que essa oficina na prisão foi a experiência de ensino mais impactante de sua carreira. Quis que mais estudantes



universitárias/os e mais pessoas encarceradas participassem juntas desse processo de aprendizagem e desenvolveu a pedagogia que o PCAP utiliza há mais de três décadas. Ele começou a treinar alunas/os para facilitar oficinas semanais de arte nas prisões.

Desde a sua fundação, o PCAP expandiu-se para incluir muitas outras modalidades de programação além das oficinas semanais de teatro, artes visuais, escrita criativa, fotografia e música. Também realiza uma das maiores exposições anuais de arte de artistas encarcerados do mundo, publica a revista literária anual *The Michigan Review of Prisoner Creative Writing*, mantém um coral chamado *Out of the Blue*, que leva estudantes universitários a prisões para apresentações e atividades musicais interativas, e apoia turnês de grupos musicais e produções teatrais para apresentações dentro das prisões. O programa de reintegração de longa data do PCAP, o *Linkage Project*, separou-se da universidade em 2025 para formar uma organização independente sem fins lucrativos, na qual ex-participantes encarcerados/os do PCAP apoiam umas/uns as/aos outras/os.

As colaborações do PCAP com universidades brasileiras começaram em 2013, quando a então presidente da Universidade de Michigan (UMich), Mary Sue Coleman, criou a UM Brazil Initiative — um grande fundo para apoiar intercâmbios acadêmicos entre programas e departamentos da UMich e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. O professor e então diretor do PCAP, Ashley Lucas, levou grupos de estudantes da UMich ao Brasil uma vez por ano, de 2013 a 2019, por períodos de duas a três semanas, para intercâmbios com programas de extensão da Unirio. A delegação do PCAP trabalhou não apenas com o *Teatro na Prisão*, mas também com os projetos de extensão *Teatro em Comunidades*, *Teatro Renascer*, *O Hospital Como Universo Cênico* e *Enfermaria do Riso*. Em 2016, Lucas passou também a levar alunos para a Udesc, para trabalhar com o programa de teatro prisional da universidade, além de visitar os programas da Unirio (Lucas; Fiche; Concilio, 2019).

Grupos de docentes e estudantes da Unirio e da Udesc visitaram Michigan em 2014, 2015, 2018, 2022, 2024 e 2025. Uma narrativa mais completa desse intercâmbio foi escrita por Lucas, Concilio e Natália Fiche e publicada em inglês e português. Esse artigo foi a primeira colaboração acadêmica no intercâmbio e,



desde então, muitas/os integrantes do *Observatório* viabilizaram publicações sobre teatro prisional nos Estados Unidos, Brasil e Portugal. Concilio traduziu o livro de Lucas, *Prison Theatre and the Global Crisis of Incarceration*, para o português e o publicou no Brasil pela Hucitec Editora. Lucas traduziu para o inglês o caderno de escrita criativa de Concilio e Caroline Vetori, *Das saídas que moram nas palavras*, e o publicou pela UMich Publishing Services.

Durante os anos em que a pandemia impediu viagens internacionais, esses programas de teatro prisional continuaram a interagir online, trocando notícias e ideias por e-mail, reuniões via Zoom e até mesmo uma troca de cartas entre participantes de vários programas, descrevendo como se sentiram durante o período em que ninguém podia atuar como voluntário presencialmente nas prisões. Posteriormente, o PCAP recebeu dois estudantes de pós-graduação brasileiros que obtiveram financiamento da CAPES enquanto cursavam doutorado, para passarem vários meses em residência em Michigan, participando de cursos do PCAP e cofacilitando oficinas de arte nas prisões. Tanto Laís Jacques Marques, da UDESC, quanto Flávio Dutra, da UFRGS, passaram vários meses em residência com o PCAP em 2024 e 2025, enquanto trabalhavam em dissertações sobre teatro prisional e fotografia em prisões.

Lucas ministrou um curso de pós-graduação de duas semanas na Unirio em 2025 e também atuou em bancas de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado na Unirio, Udesc, USP e Ufrgs.

O intercâmbio intelectual e artístico entre esses programas de artes prisionais teve um impacto profundo em todas/os as/os participantes, incluindo professoras/es, estudantes e pessoas atualmente ou anteriormente encarceradas. O trabalho do PCAP em teatro tornou-se mais rico, mais matizado e revigorado pela presença de colaboradoras/es brasileiras/os e por seus altos níveis de habilidade em teatro físico, Teatro do Oprimido e pedagogia teatral. Como esses intercâmbios e colaborações internacionais já existiam há mais de uma década no momento em que este texto foi escrito, esses programas de teatro prisional cresceram, evoluíram e, de certa forma, tornaram-se mais complexos devido à riqueza dos anos passados em contato próximo uns com os outros.



Ficções visionárias e a justiça transformativa — PSU

Na Portland State University (PSU), a professora Walidah Imarisha — diretora do Center for Black Studies e docente associada do Departamento de Estudos Negros — desenvolve um trabalho educacional que ultrapassa os limites do campus e alcança unidades prisionais no estado do Oregon. Sua atuação integra programas de extensão universitária e iniciativas como o Oregon Humanities Conversation Project, por meio dos quais ministra cursos e oficinas em presídios, abordando temas como história negra, racismo estrutural, encarceramento em massa, justiça transformativa e ficção visionária.

Um dos eixos centrais de sua atuação é a oficina *Sonhando Novos Futuros: Ficção Científica e Mudança Social*, que já foi adaptada para o contexto prisional. Nela, Imarisha parte da premissa de que “toda organização política é ficção científica” e propõe exercícios coletivos de imaginação política, nos quais as/os participantes desenvolvem histórias especulativas que funcionam como ensaios para a construção de novas formas de convivência e justiça social. Essa metodologia, aplicada em presídios, estimula a reflexão sobre alternativas comunitárias à punição e sobre como redes de apoio e cuidado podem substituir a lógica punitivista.

Além disso, Imarisha já ministrou cursos de escrita criativa e história negra em prisões de segurança média e máxima, conectando as experiências de vida dos estudantes a processos históricos mais amplos, como a escravidão, o colonialismo e as políticas contemporâneas de encarceramento em massa. Em entrevistas, ela relata que essas aulas não se limitam a transmitir conteúdo acadêmico, mas funcionam como espaços de construção coletiva de conhecimento, nas quais a vivência das/os participantes é reconhecida como fonte legítima de saber.

Essas atividades têm como objetivo não apenas oferecer acesso ao ensino superior para pessoas privadas de liberdade, mas também criar espaços de reflexão crítica sobre o papel histórico e contemporâneo das prisões. Ao utilizar a ficção visionária como metodologia, Imarisha também estimula estudantes encarcerados a imaginar futuros possíveis sem prisões e a desenvolver narrativas



que rompam com a lógica punitivista, conectando experiências pessoais a processos históricos mais amplos de opressão e resistência.

O trabalho da PSU nas prisões é marcado por uma abordagem participativa, que valoriza o conhecimento e as vivências das/os próprias/os estudantes, transformando a sala de aula em um espaço de diálogo horizontal. Ao articular educação, arte e ativismo, suas aulas funcionam como práticas de resistência cultural e política, alinhadas ao movimento abolicionista e à luta por justiça racial, contribuindo para a formação de pessoas críticas e engajadas mesmo em contextos de privação de liberdade.

Teatro, prisão e a busca por novos imaginários possíveis - USP

Em 2024, como resultado prático da tese de doutoramento *Borboletas no Asfalto*: uma perspectiva fractal sobre artes cênicas, prisão e abolição, assinada por Murilo Moraes Gaulês, e o trabalho continuado de pesquisa em oposição aos contextos de privação de liberdade desenvolvido pela *CiA dXs TeRrOrIsTaS*, é fundado o curso de extensão *Teatro, prisão e a busca de novos imaginários possíveis*, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). O curso é coordenado pela livre-docente Maria Helena Franco de Araujo Bastos e pelo prof. Dr. Murilo Moraes Gaulês e se integra às atividades de extensão oferecidas pelo Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicação e Artes (Gaulês; Prette, 2025). Com base na filosofia abolicionista, o curso utiliza métodos criativos e de imaginação radical, como a metodologia de criação em ficções visionárias (Imarisha, 2016; Gaulês, Concilio, Imarisha, 2024) para formar multiplicadores para atuar em instituições de privação de liberdade no estado de São Paulo.

No momento em que este texto é escrito, o curso de extensão da USP mantém aulas de teatro nas unidades da Fundação Casa de Santo André, situadas em um complexo que abriga duas instituições de internação de menores. Por meio da metodologia das ficções visionárias, os encontros realizados buscam, dentro dos limites possíveis nesses centros de tortura contemporâneos legalizados (Coletivo sobre justiça, 2025), estimular a imaginação política e comunitária, de



modo que os jovens cativos do cárcere institucional possam reescrever seus futuros de morte — traçados apesar de seus gestos de sobrevivência e à sua revelia.

Além disso, o curso também recebe jovens em cumprimento de Prestação de Serviços Comunitários (PSC), como monitores de sala, garantindo o acesso a essa população à universidade pública e ao debate estético-político antipunitivista.

As Medidas Socioeducativas em Meio Aberto — como a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços Comunitários — caracterizam-se por ocorrer sem a privação de liberdade, permitindo que o adolescente permaneça em seu meio familiar e comunitário enquanto recebe acompanhamento, orientação e oportunidades de ressocialização.

Ainda que apresentem desafios e limitações na prática, essas medidas se destacam como iniciativas estatais de caráter menos punitivista, priorizando a reeducação e a reintegração social em vez do encarceramento. Nesse sentido, aproximam-se da lógica protetiva de políticas como a Lei Maria da Penha, que, apesar de lidar com situações de violência, busca medidas preventivas e restaurativas antes de recorrer a punições mais severas.

Desse modo, o curso *Teatro, Prisão e a Busca Por Novos Imaginários Possíveis* também se movimenta para manejar o teatro, as ficções visionárias e outras pedagogias das artes cênicas como território de redução de danos, ao dialogar com jovens que estão ainda em uma fase muito inicial do ciclo de violência e criminalidade ao qual são empurrados.

Também no momento em que este texto é escrito, os veteranos das turmas de extensão do ECA/USP estão em processo de curricularização do grupo de extensão T.E.R.E.S.A. (*Teatro extensionista, reparação, educação social e abolição*) além de desenvolverem atividades para criação de zonas autônomas temporárias (Bey, 1991) nas saidinhas temporárias da Penitenciária Feminina do Butantã.

As saidinhas temporárias são autorizações judiciais que permitem a pessoas presas do regime semiaberto saírem por tempo limitado em datas específicas, como feriados, para visita à família ou atividades de reintegração social. O nome legal previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) é “saída temporária”,



regulamentada pelos artigos 122 a 125, como um benefício concedido a pessoas presas em determinadas condições e finalidades específicas. Atualmente, o direito à saída temporária está restrito por alterações na Lei de Execução Penal que limitaram suas hipóteses, sob o argumento falacioso de aumentar a segurança pública e reduzir riscos de fuga ou reincidência.

É nesse momento de liberdade temporária que as pessoas presas nos chamados centros de tortura podem se reconectar com seus familiares e se atualizar sobre as transformações sociais, urbanas e tecnológicas ocorridas no “mundão” durante o período de reclusão. É também nesse momento que as coreografias patriarcais se manifestam explicitamente nas ruas, evidenciando muitos dos desdobramentos práticos — tanto consequentes quanto causadores — da cultura punitivista-prisional. Enquanto as penitenciárias masculinas ficam abarrotadas de mulheres aguardando ansiosamente seus companheiros para levá-los de volta para casa, nas saídas temporárias as penitenciárias femininas tornam-se um deserto. Abandonadas à própria sorte por familiares e pessoas próximas, essas mulheres têm sua condição miserável escancarada, muitas vezes sem recursos sequer para custear o transporte até a casa da família ou a própria alimentação durante a semana de liberdade.

Por isso, movimentos sociais abolicionistas e antiproibicionistas se reúnem nas portas das prisões nessas ocasiões, oferecendo atendimento e acompanhamento jurídico, alimentação, roupas e kits de higiene pessoal para essas mulheres. Complementando esse movimento comunitário de acolhimento, as T.E.R.E.S.A.s têm construído um espaço de recepção afetiva e de pertencimento político-emocional durante a saidinha. Por meio de performances que vão do karaokê a desfiles de moda, com direito a visagismo e *catwalk*, essas zonas autônomas temporárias têm como objetivo proporcionar um ambiente de energização e produção de potência, enquanto as participantes se organizam para chegar aos seus destinos em liberdade.

Nessa espera — que pode durar muitas horas —, mulheres presas em penitenciárias femininas aguardam seus parentes ou a saída de outras companheiras para organizar os trajetos, muitas vezes experimentando a angústia sadicamente programada pelos centros de tortura, de forma a lhes roubar a



esperança. Essa prática performativa extra-muros constitui uma tentativa de sabotagem a esse descaso.

Teatro apesar das prisões

Ruth Gilmore (2024) e Angela Davis (2018) frisam que o abolicionismo tem menos a ver com eventos de bolas de demolição (Gumbs *apud* CR10, 2008) que derrubem as prisões do que com aquilo que precisamos fortalecer em nossas comunidades para que a polícia e a prisão sejam obsoletas. A partir dessa chave, nos perguntamos: O que pode brotar no currículo e nos processos de formação em artes cênicas quando estas bebem na fonte de tais práticas emancipatórias e de autonomia, sendo nosso ofício também fundamentado na liberdade como viga estruturante? Quais são as estéticas, métodos e filosofias que emergem dessa intersecção? E, no sentido inverso, quais as contribuições que as artes cênicas podem oferecer às comunidades de pessoas encarceradas, sobreviventes do cárcere e suas/seus familiares, reiteradamente massacradas por essa máquina contemporânea de moer gente, que são as instituições de privação de liberdade?

Encerrar este percurso de análise e prática significa reconhecer que pensar o teatro no e contra os espaços de privação de liberdade é confrontar, simultaneamente, as estruturas materiais e simbólicas que sustentam o encarceramento como resposta social hegemônica. Ao longo desta investigação, foi possível observar que a arte, quando comprometida com uma ética abolicionista, não se limita a “entrar” nas prisões: ela questiona sua própria presença nesses espaços, tensiona o papel que desempenha e se propõe a ser vetor de fissura no cotidiano punitivista.

A experiência acumulada pelos projetos e redes apresentados demonstra que é possível criar espaços de experimentação estética que não apenas produzem obras, mas também deslocamentos subjetivos — tanto entre pessoas privadas de liberdade quanto entre artistas, pesquisadoras/es e comunidades envolvidas. Esses deslocamentos, ainda que muitas vezes sutis, sinalizam que a potência transformadora da cena está menos em oferecer respostas prontas e mais em instaurar perguntas que abrem alternativas de existência para além da lógica



prisional.

Importa sublinhar que tais experiências não apenas resistem ao punitivismo: elas inauguram e consolidam outras estéticas e metodologias de criação em artes cênicas, gestadas a partir de contextos historicamente marginalizados e de experiências-limite. São modos de fazer que tensionam convenções artísticas, incorporam outras corporalidades, narrativas e temporalidades, e abrem brechas para práticas colaborativas e comunitárias que dificilmente emergiriam nos circuitos hegemônicos da arte. Assim, o trabalho em e contra o cárcere se torna também um laboratório de linguagens, pedagogias e poéticas capazes de irradiar transformações para além dos muros, influenciando o campo mais amplo das artes da cena.

Do mesmo modo, constatou-se que práticas artísticas consistentes e politicamente situadas funcionam como campos de elaboração coletiva de futuros — não no sentido de utopias inalcançáveis, mas de exercícios concretos de imaginação radical que se enraízam no presente. Tais práticas reposicionam a arte como ferramenta de redução de danos e de reorganização comunitária, articulando, em um mesmo gesto, resistência cultural e reinvenção das relações sociais.

Por fim, reafirma-se que o enfrentamento ao encarceramento massivo e ao punitivismo estrutural não é responsabilidade exclusiva de quem vive ou trabalha diretamente nesses contextos: trata-se de uma tarefa coletiva, que envolve redes de afeto, criação e solidariedade capazes de sustentar alternativas. Se o teatro pode ser visto, neste cenário, como um laboratório vivo de outras formas de vida, cabe a nós, artistas, acadêmicas/os, comunidades e movimentos sociais, cuidar para que essas experiências não sejam exceções isoladas, mas sementes de um mundo onde prisões e violência institucional se tornem de fato obsoletas.

Nesse sentido, as experiências e práticas relatadas ao longo deste trabalho evidenciam que a inserção das artes cênicas em espaços de privação de liberdade se configura como campo fértil para tensionar as estruturas curriculares e pedagógicas da universidade pública. Ao articular ensino, pesquisa e extensão em diálogo com epistemologias e práticas de resistência produzidas por corpos e



comunidades historicamente marginalizadas, essas ações deslocam o eixo de produção de conhecimento, abrindo espaço para metodologias que confrontam a colonialidade e o punitivismo. Trata-se de um movimento que não apenas amplia o repertório formativo de estudantes e docentes, mas que também exige da instituição universitária uma revisão crítica de seus próprios fundamentos político-pedagógicos.

Assim, ao aproximar práticas artísticas abolicionistas das discussões decoloniais, reafirma-se que a formação docente nas artes cênicas precisa estar comprometida com a construção de currículos que não apenas incluam conteúdos sobre diversidade, justiça social e direitos humanos, mas que sejam atravessados por essas perspectivas em sua estrutura e funcionamento. Isso implica reconhecer que a universidade, ao se abrir para o diálogo com experiências produzidas dentro e contra o cárcere, está reposicionando-se como espaço de disputa simbólica material contra as lógicas coloniais e punitivistas que ainda a atravessam.

Referências

ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Revista Tempo Social*, São Paulo, n. 24, v. 2, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/6DG8jmyCxypRW6LrSTnzzRt/?lang=pt#>. Acesso em 07 nov. 2024.

ALVES, Dina. *Corpografias raciais: uma etnografia das captividades femininas negras em São Paulo*. 2020. 31 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23602>.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

BEY, Hakim. *TAZ: Zonas Autônomas Temporárias*. São Paulo: Coletivo Sabotagem, 1991. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

COLETIVO SOBRE JUSTIÇAS. *Ensaio abolicionistas: práticas de justiças a partir de territórios*. São Paulo: Igra Kniga, 2025.



CONCILIO, Vicente. *Teatro e prisão: dilemas da liberdade artística*. São Paulo: Hucitec, 2008.

CR10, Publication Collective. *Abolition Now!: Ten Years of Strategy and Struggle Against the Prison Industrial Complex*. AK Press. 2008.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* São Paulo: DIFEL, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GAULÊS, Murilo Moraes. *Borboletas no asfalto: uma perspectiva fractal sobre artes da cena, prisão e abolição*. 2025. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. doi:10.11606/T.27.2025.tde-08082025-141906. Acesso em: 18 ago. 2025.

GAULÊS, Murilo Moraes; PRETTE, Nailanita. Teatro, prisão e a busca por novos imaginários possíveis: a extensão universitária e o abolicionismo penal no ensino de artes cênicas. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes*. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/53524>. Acesso em: 24 ago. 2025.

GAULÊS, Murilo Moraes; CONCILIO, Vicente; IMARISHA, Walidah. Ficções visionárias: intersecções criativas entre ficção científica, teatro e mudança social. *Pitágoras 500*, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e024010, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/pit500/article/view/8676507>. Acesso em: 14 jun. 2026.

EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 15, n. 33, p. 210–229, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/53524>. Acesso em: 24 ago. 2025.

GILMORE, Ruth W. *Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal*. São Paulo: Igrá Kniga. 2024.

IMARISHA, Walidah. *Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever justiça*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/378747787/Walidah-Imarisha-22Reescrevendo-o-futuro-22-pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

KABA, Mariame.; RITCHIE, Andrea J. We Want More Justice for Breonna Taylor than the System That Killed Her Can Deliver, In: KABA, Mariame. *We Do This 'Til We Free Us*. Chicago: Haymarket Books, 2021, p. 63-67. Traduzido por Amós Caldeira. Disponível em: <https://traducoesabolicionistas.com/2023/03/21/o-sistema-que-matou-breonna-taylor-e-a-justica-que-queremos/> Acesso em: 23 out. 2024.



LUCAS, Ashley; FICHE, Natália; CONCÍLIO Vicente. We Move Forward Together: A Prison Theatre Exchange Program Among Three Universities in the United States and Brazil. *Prison Journal*. *SAGE Publications*, Vol. 99, No. 4, <https://doi.org/10.1177/0032885519861061>, 2019, p. 1-22.

MELLO, Marco Antônio da Silva. *A Prisão: História, Teorias e Questões Atuais*. São Paulo: Almedina, 2011.

NARVAES, Viviane Becker. *O Teatro do Sentenciado de Abdias Nascimento: classe raça na modernização do teatro brasileiro*. 2020. Tese de Doutorado (Teoria e Prática do Teatro) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-19022021-183344/publico/VivianeBeckerNarvaesVC.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NASCIMENTO. Silvia Haskel Pereira do. Histórico da Penitenciária do Estado. 2005 In: *Resolução CONPRESP 38/2018 - Processo de Tombamento do Complexo Penitenciário do Carandiru*. nº 1997-0.125.758-8.

VETORI, Caroline. *Caros destinatários, porem de apagar nossas histórias: cartilhas-faíscas como possibilidades de saídas do cárcere*. 2023. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

WORLD PRISON BRIEF. *Highest to Lowest - Prison Population Total*. 2025. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All

Recebido em: 10/03/2026

Aprovado em: 06/08/2026